

Francisco de Barros Barreto

Capítulo 1 - Origens e Família

Nasceu em 9 de setembro de 1866 no Engenho Buranhém, na então província de Pernambuco. Era filho de Ignácio de Barros Barreto e Maria Anna Cavalcanti do Rego Lacerda Barreto. Por parentesco materno, era neto do Barão de Ipojuca, João do Rego Barros. Linhagem essa que, desde o começo do que viria a ser o Brasil, lutou para defender, tendo seus ancestrais lutado contra a tentativa de invasão e anexação holandesa do Nordeste brasileiro.

O casamento entre primos era comum naquela época, pois tanto seus avós quanto seus pais eram primos. Sua família tinha forte influência na província de Pernambuco, tendo recebido de D. João IV, o foro de Fidalgo da Casa Real em 1654, após o sucesso em expulsar os holandeses do então território português. Na sua família, há diversos ancestrais militares condecorados e políticos, como presidentes de províncias, senadores do império e posteriormente da república, além de outros membros que também conquistaram títulos nobiliárquicos, como conde e barão.

Capítulo 2 - Ingresso e Carreira na Armada

Ingressou no colégio naval em abril de 1881, assentou como praça em 1884, e em 1887 alcançou a divisão de Guarda-Marinha. Realizou todas as viagens de instrução nos navios a vapor de guerra “Púrus”, corveta “Nitheroy” e cruzador “Guanabara”.

Foi promovido a segundo tenente em 4 de novembro de 1889, e como oficial do cruzador “Guanabara”, embarcou em viagem diplomática aos Estados Unidos. Promovido a capitão-tenente em 1894, capitão de fragata em 1911, capitão de Mar e Guerra em 12 de novembro de 1913, contra-almirante em 20 de dezembro de 1917.

Exerceu durante a carreira na armada, diversas funções, dentre elas: Ajudante do arsenal da marinha em pernambuco; Oficial superior da Escola Naval; Comandante da escola de aprendizes marinheiros de Pernambuco; Segundo comandante do corpo de infantaria de marinha e do corpo de marinheiros nacionais; Comandante da escola de aprendizes marinheiros do estado do Maranhão; Capitão dos portos do Maranhão; Capitão dos portos do estado do Rio Grande do Norte; Comandante do brigue “Recife”; Imediato do navio escola “Benjamim Constant” ; Capitão dos portos do estado de Alagoas; Comandante do navio de guerra a vapor “Comandante Freitas”; Imediato e Comandante no encouraçado “Minas Gerais”; Comandante da “Flotilha do Mato-Grosso”; Vice Inspetor do arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; Comandante do encouraçado “Floriano”; Capitão dos portos do Estado de São Paulo; Diretor geral dos Portos e Costas.

Capítulo 3 - Serviço na Junta de Justiça Militar e Período no STM

Francisco de Barros Barreto, uma figura notável, foi nomeado para servir durante a Primeira Guerra Mundial. Sua atuação se deu especificamente na junta de justiça militar, operando em conjunto com a Divisão Naval em Operações de Guerra (D.N.O.G.), pelo decreto N° 13.082, de 26 de junho de 1918. Esta nomeação sublinha a importância de seu papel em um período de conflito global, onde a administração da justiça militar era crucial para a manutenção da disciplina e da ordem dentro das forças armadas.

Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Militar, que hoje conhecemos como Superior Tribunal Militar, através de um decreto datado de 26 de agosto de 1925. Sua posse e o consequente compromisso legal ocorreram em 14 de setembro do mesmo ano, marcando o início de sua atuação em um dos mais altos cargos da justiça militar.

Durante seu tempo no STM, Barreto testemunhou e participou de importantes decisões que moldaram o cenário jurídico-militar da época. Contudo, sua carreira no tribunal chegou ao fim de forma compulsória por meio de um decreto emitido em 19 de fevereiro de 1938. A aposentadoria foi justificada pelo disposto no artigo 91, letra “a”, da Constituição então em vigor, que estabelecia a aposentadoria compulsória para membros do judiciário que atingissem determinada idade. No caso de Barreto, ele contava com mais de 68 anos, o que o enquadrava nos termos da referida legislação.

Capítulo 4 - Falecimento e Legado

Com dedicação à Marinha e ao Brasil, Francisco de Barros Barreto consagrou os anos finais de sua carreira ao serviço do Supremo Tribunal Militar, de onde se aposentou em 1938. Ao longo da trajetória, demonstrou competência tanto em períodos de tranquilidade quanto em tempos de conflito. Com conduta exemplar e destacada performance em todas as suas atribuições, solidificaram sua reputação de um profissional íntegro.

A contribuição de Francisco de Barros Barreto para a Marinha do Brasil foi ampla, estendendo-se por diversas áreas vitais. Atuou na formação de novos marinheiros, compartilhando conhecimento e experiência, e moldando as futuras gerações de defensores do litoral. Além disso, foi uma figura relevante na organização militar da instituição, implementando reformas e aprimorando estruturas que garantiram a eficiência e a prontidão da Marinha em defesa do país.

Sua influência se fez sentir também na formulação de regulamentos que regem até hoje aspectos cruciais da vida marítima e costeira do Brasil. Participou da elaboração das normas que disciplinam as capitânicas dos portos, garantindo a segurança da navegação e a ordem nas águas brasileiras. Contribuiu para a regulamentação da pesca, buscando equilibrar a

exploração dos recursos marinhos com a necessidade de sua preservação. Da mesma forma, sua expertise foi aproveitada na criação dos regulamentos de saneamento do litoral, visando à proteção ambiental e à saúde pública das comunidades costeiras. Um de seus marcos mais notáveis foi a participação na concepção do regulamento para o sorteio militar de recrutamento para a armada, um mecanismo para o contínuo abastecimento de talentos e força de trabalho para a Marinha.

Francisco de Barros Barreto faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1946, aos 79 anos de idade. Sua partida deixou um legado de serviço, compromisso inabalável e honra. Sua vida foi um testemunho de dedicação ao bem público, e seu nome está gravado na história militar e cívica do Brasil.

Referências Bibliográficas

[Um exemplo a seguir: Almirante Francisco de Barros Barreto](#). *memoria.bn.br*. Gazeta de Notícias. 27 de dezembro de 1938. p. 6. Acessado em 09/07/2025.

Ferreira, Edgardo Pires: A mística do parentesco; Uma genealogia inacabada. Volume 6: A teia do parentesco em Pernambuco.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. Coletânea de informações: Francisco de Barros Barreto. Brasília, DF, 2019. Arquivos disponíveis na Seção de Museu.

[O decreto de nomeação do novo ministro do Supremo Tribunal Militar](#). *memoria.bn.br*. Correio da Manhã. 9 de setembro de 1925. p. 3. Acessado em 09/07/2025.